

**DECRETO Nº 024, DE 24 DE AGOSTO DE 2020.**

**“INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19, OBJETIVANDO O PLANEJAMENTO PARA A POSSÍVEL RETOMADA DAS AULAS PRESENCIAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

O Prefeito Municipal de Sussuapara - PI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 73, XXV da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO que no dia 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou situação de emergência de saúde pública de importância internacional e em seguida, no dia 11 de março de 2020, decretou pandemia de COVID – 19;

CONSIDERANDO a Portaria nº 18/GM/MS de 04 de fevereiro de 2020 que declara emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em razão da infecção humana pelo o novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Lei Federal de nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em Saúde Pública decorrente do novo Coronavírus (SARS- Cov2);

CONSIDERANDO a Nota Técnica Nº 09/2020 – CGPROFI/DEPROS/SAP/MS, de 12/03/2020, expedida pelo Ministério da Saúde, que estabeleceu orientações de prevenção ao Novo Coronavírus no âmbito do Programa Saúde na Escola, em razão dos ambientes escolares terem alta circulação de pessoas e crianças, sendo estas integrantes do grupo vulnerável para desenvolvimento e disseminação de doenças;

CONSIDERANDO a Nota de Esclarecimento do Conselho Nacional de Educação, de 18 de março de 2020, que pautou orientações aos sistemas e estabelecimentos de ensino de todos os níveis, etapas e modalidades, que tenham a necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas ou de aprendizagem em face da suspensão



das atividades escolares presenciais nas dependências das escolas por conta da necessidade de ações preventivas à propagação do coronavírus;

CONSIDERANDO a Nota de Esclarecimento do Conselho estadual de Educação do Piauí, aprovada na Sessão Plenária de 16 de março de 2020;

CONSIDERANDO a Resolução CEE/PI Nº 061/2020 do Conselho Estadual de Educação, que dispõe sobre o regime especial de aulas não presenciais para instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Piauí, em caráter de excepcionalidade e temporalidade, enquanto permanecerem as medidas de isolamento previstas de combate ao COVID – 19;

CONSIDERANDO a Resolução CEE/PI Nº 087/2020 do Conselho Estadual de Educação, que dispõe sobre a reorganização do calendário escolar/ 2020 de todos os níveis e etapas da educação nacional para fins de cumprimento de carga horária mínima anual, conforme dispositivos legais e normativos, respeitando a legislação e normas nacionais e do sistema a qual se encontra vinculado, notadamente o Art. 12, inciso III da LDB,

CONSIDERANDO o Parecer CNE/CP nº 05/2020, aprovado em 24 de abril de 2020 que trata da reorganização do calendário escolar e a realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período da pandemia do COVID-19;

CONSIDERANDO os Decretos Nº 005/2020 de 17 de março de 2020 e 007/2020 de 07 de abril de 2020 do Prefeito Municipal de Sussuapara que estabelecem medidas de enfrentamento ao COVID -19, bem como a suspensão de aulas e outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 015/2020 que dispõe sobre a implementação de aulas não presenciais para os alunos da Rede Municipal de Educação de Sussuapara – PI;

CONSIDERANDO a recomendação da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, a qual dispõe sobre os subsídios para a elaboração de protocolos de retorno às aulas presenciais na perspectiva das redes municipais de educação,





**DECRETA:**

Art. 1º - Fica Instituída e Nomeada a Comissão Municipal de Gerenciamento da Pandemia da Covid-19, constituída pelas seguintes representação e membros subsequentes:

I - Representante da Secretaria Municipal de Educação:

Elisete Antonia da Rocha Luz, CPF nº 396.069.963-87.

II – Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Rayla Nascimento Leal, CPF nº 031.430.453-37.

III - Representante da Secretaria de Assistência Social:

Laise Maria Campos Lima, CPF nº 026.208.423-60.

IV - Representante da Secretaria Municipal de Administração:

Nivaldo Antonio Leal, CPF nº 033.132.273-09.

V - Representante dos Profissionais e Trabalhadores de Educação:

Helio Marcos Matos Luz, CPF nº 037.587.493-36.

VI - Representante do Conselho Municipal de Educação:

Jailton Rodrigues de Sousa, CPF nº 017.442.533-31.

VII - Representante das escolas da rede estadual:

Marli Ferreira de Sousa, CPF nº 805736063-15

VIII – Representante da Vigilância Sanitária do Município:

Joelma Barros de Sousa, CPF nº 018.927.143-45.



Art. 2º - São atribuições da Comissão Municipal de Gerenciamento da Pandemia da Covid-19:

- I - Definir diretrizes e princípios os quais orientarão os trabalhos;
- II - Planejar as ações a serem realizadas pela comissão, estabelecendo cronograma e prazos;

III- Articular, com municípios vizinhos e com a Comissão Estadual de Gerenciamento da Pandemia da Covid-19, por meio da seccional da Undime no estado, a construção conjunta de um planejamento a partir do contexto microrregional;

a) Aspectos a serem verificados, entre outros:

- 1- Definição da data de retorno das aulas presenciais;
- 2 - Atuação de profissionais e trabalhadores da educação em diferentes escolas e municípios;

3 - Discussão da reorganização do calendário escolar;

4 - Reorganização da oferta do transporte escolar, com ampliação de veículos e criação de novas rotas, a fim de garantir a ocupação segura do veículo e o atendimento a todas as crianças e estudantes contemplados pelo programa.

IV - Elaborar e aprovar normas e protocolos de segurança sanitária, de higiene, saúde e prevenção para o espaço escolar;

V - Elaborar o plano pedagógico de retorno às aulas, com cronograma de retorno, considerando:

a) Observação e respeito aos marcos legais, normatizações e diretrizes para a organização do processo de retorno às aulas. Tais como, Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases, Base Nacional Comum Curricular, Parecer 5/ 2020 do Conselho Nacional de Educação, Medida Provisória 934/ 2020, resoluções e diretrizes dos conselhos nacional, estadual e municipal de educação e legislação que poderá vir a ser sancionada;

b) Garantia de aprendizagem, com acesso e permanência;

c) Planejamento e reorganização dos tempos e espaços escolares, com redefinição do número de crianças e estudantes por sala de aula, escalonamento das crianças e estudantes em aulas presenciais e em atividades não presenciais (complementares);

d) Oferta de vagas a crianças e estudantes oriundos da rede privada;

e) Promoção de busca ativa e combate à evasão escolar;

f) Definição da ordem de retorno das etapas e modalidades: Educação Infantil (Creche, 4 e 5 anos); Ensino Fundamental - Anos iniciais; Ensino Fundamental -





Anos finais; Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial; Educação Escolar Indígena; Educação Escolar Quilombola e Educação do Campo;

g) Levantamento sobre a efetividade da oferta de atividades não presenciais durante o período de suspensão das aulas;

h) Avaliação da possibilidade de, em algumas escolas, permanecer a oferta de aulas presenciais a todos os estudantes ao mesmo tempo;

VI - Identificar acometidos pela covid-19 e óbitos entre os profissionais e trabalhadores da educação, crianças, estudantes e famílias;

VII - Identificar crianças, estudantes, profissionais e trabalhadores da educação integrantes de grupos de risco;

a) Definir como será feita a oferta do ensino-aprendizagem a essas crianças e estudantes;

b) Definir como será reorganizado o regime de trabalho desses profissionais e trabalhadores da educação (trabalho remoto);

c) Organizar diretrizes para a rede realizar contratação temporária para a respectiva substituição de profissionais e trabalhadores desse grupo.

VIII - Identificar casos suspeitos e sintomáticos entre crianças e estudantes, profissionais e trabalhadores da educação:

a) Definir protocolos de atendimento a crianças, estudantes, profissionais e trabalhadores da educação que se sentirem mal na escola ou no centro de educação infantil;

b) Encaminhar casos suspeitos/ sintomáticos à área de saúde.

IX - Monitorar evolução de número de infectados, internações, óbitos entre os membros da comunidade escolar;

X - Articular com as Secretarias de Saúde e de Assistência Social ações para o atendimento psicológico ou de orientação educacional a crianças e estudantes, suas famílias, profissionais e trabalhadores da educação;

XI - Promover ações para garantir o atendimento de saneamento básico e o abastecimento de água potável em todas as escolas e centros de educação infantil;

XII - Estabelecer protocolos para manuseio dos alimentos e limpeza dos utensílios utilizados na alimentação escolar;

XIII - Definir como será a oferta de alimentações/ refeições individuais nas escolas e centros de educação infantil. Se em refeitórios, com distanciamento social, ou em sala de aula;



IVX - Promover ações de comunicação e transparência, por meio de materiais informativos sobre:

- a) Prevenção, atribuições e responsabilidades (do governo e dos cidadãos);
- b) Suspensão de trabalhos em grupo, festas, competições e férias escolares, entre outras possíveis aglomerações
- c) Higiene respiratória e contatos das mãos com o corpo e com superfícies
- d) Uso de máscaras (tempo de uso, tamanho, materiais, limpeza e conservação - se não forem descartáveis) ou de escudo facial de acetato em crianças de 2 anos a 6 anos;
- e) Orientações para os familiares acompanharem a saúde de seus filhos;
- f) Importância de todos retornarem às escolas;
- g) O cumprimento do ano letivo que pode ser estendido para 2021 e/ou outras alternativas de reestruturação do calendário escolar.

XV - Criar e fortalecer as condições para exercício da gestão democrática, contemplando:

- a) Planejamento das ações de maneira articulada;
- b) Fortalecimento da relação família-escola;
- c) Definição de estratégias e procedimentos com as Comissões Escolares de Gerenciamento da Pandemia da Covid-19.

XVI - Construir proposta de reorganização do calendário escolar, considerando entre outros pontos:

- a) Definição dos dias letivos e cumprimento da carga horária mínima;
- b) Cancelamento de eventos escolares como jogos, competições, festas, exposições, feiras;
- c) Resultados da avaliação diagnóstica inicial;
- d) Utilização de sábados, recessos e feriados para composição do novo calendário, se necessário.

XVII - Supervisionar e contribuir com o processo de reorganização do currículo e dos projetos político-pedagógicos e regimento interno a ser feito pela SME, escolas e centros de educação infantil;





XVIII - Verificar e ampliar as condições de acesso à Internet do município;

IXX - Verificar os equipamentos tecnológicos disponíveis a crianças, estudantes e profissionais da educação;

XX - Estabelecer programas de formação de gestores, profissionais e trabalhadores da educação em diversas áreas temáticas;

XXI - Propor a reorganização do orçamento da educação a partir das perdas previstas;

XXII - Contribuir com o processo de organização de processos licitatórios;

a) Aquisição de produtos de higiene, limpeza, medidores de temperatura (termômetro infravermelho), EPI (máscaras, luvas e avental), entre outros;

b) Adequação e reforma dos espaços escolares;

c) Aquisição de materiais didáticos, brinquedos pedagógicos e equipamentos para evitar o compartilhamento;

d) Aquisição de uniformes e equipamentos de segurança para os profissionais e trabalhadores da educação;

e) Reorganização de rotas de transporte escolar.

XXIII - Orientar as escolas sobre como adquirir produtos com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE);

XXIV - Elaborar planejamento e estratégias para a possibilidade de as aulas presenciais serem suspensas novamente.

Art. 3º - A Comissão será presidida pelo representante indicado no inciso I do art. 1º deste Decreto.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. Sussuapara – PI, 24 de agosto de 2020.



**EDVARDO ANTONIO DA ROCHA**  
Prefeito Municipal